

## **FAMÍLIA E ESCOLA: ELEMENTOS PARA UMA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA**

*FAMILY AND SCHOOL: ELEMENTS FOR A DEMOCRATIC PARTICIPATION*

Marília Faria de MIRANDA<sup>1</sup>  
Sandra Regina Mantovani LEITE<sup>2</sup>  
Emanuely Fernanda MARQUES<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo analisar e discutir a atuação do Pedagogo no espaço escolar, tendo como foco principal a participação da família através das instâncias colegiadas que existem na instituição escolar. Para tanto, propomos uma reflexão sobre alguns conceitos, são eles a participação, a idéia de família e os elementos de participação democrática que precisam ser coordenados pelo Pedagogo: Conselho de Classe, Conselho Escolar, Reunião de Pais e a Escola de Pais. Nesse sentido, pretende-se demonstrar a importância do pedagogo na Instituição Escolar, como liderança e como mediador dos processos de gestão democrática, possibilitando um trabalho pedagógico coletivo, favorecendo a participação de todos os membros da comunidade educativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** escola; família; participação; instâncias colegiadas.

### **INTRODUÇÃO**

A formação de professores e sua atuação nas instituições de ensino são objeto de permanente preocupação de todos aqueles que se debruçam sobre a atividade educativa. E, no nosso país, consideradas as dificuldades que os educadores enfrentam para desempenhar as suas funções com dignidade, a formação desses profissionais é uma questão de suma importância, haja vista que o cerne do processo educacional tem como

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, Paraná, Brasil.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, Paraná, Brasil. E-mail: sandramantovani@sercomtel.com.br

<sup>3</sup> Graduada do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, Paraná, Brasil.

base as relações concretas entre educandos e educadores, cuja atuação participativa e que propicie a participação dos demais envolvidos (família e comunidade escolar) é decisiva. Segundo Severino (2001, p. 146),

A preparação do educador deve torná-lo um profissional qualificado, consciente do significado da educação, para que estenda essa consciência aos educandos e contribua para que vivenciem a dimensão coletiva e solidária de sua existência.

A atividade do educador tem que levar em consideração a percepção das referências existenciais dos sujeitos envolvidos, sendo que estas referências dizem respeito à compreensão de si mesmo, dos outros e de suas relações, como também a sua integração ao grupo social e à sociedade como um todo. A educação não se desenvolve sem conhecer e compreender a inserção dos sujeitos na sociedade, as relações de poder que formam a vida social e a história que constrói a humanidade. Não existe educação humanizadora, a favor da participação e da democracia sem considerar os seres humanos como dotados de personalidade e integrantes de uma sociedade historicamente determinada. (SEVERINO, 2001)

Neste sentido, este estudo é de grande importância para a temática formação de professores, pois apresenta como objetivo principal analisar e discutir a atuação do professor/pedagogo no espaço escolar, tendo como foco a participação da família através das instâncias colegiadas que existem na instituição escolar. Para tanto, propomos uma reflexão sobre alguns conceitos, são eles a participação, a idéia de família e os elementos de participação democrática que precisam ser coordenados pelo pedagogo: o Projeto Político Pedagógico, o Conselho Escolar e a Reunião de Pais e/ou Escola de Pais. Assim, podemos entender a atuação do pedagogo como articulador e mediador da organização do trabalho pedagógico na instituição escolar.

Partimos do pressuposto de que o pedagogo precisa, primeiramente, ser um pesquisador do contexto escolar, portanto, é necessário conhecer a realidade através da pesquisa sistematizada, sendo um observador participante de todo o processo, com todos os envolvidos. O pedagogo terá um importante papel a desempenhar por meio de um processo permanente de pesquisa, investigando de maneira coletiva o cotidiano escolar.

Um dos elementos que merecem destaque na atuação do pedagogo pesquisador é a família e sua participação nas instâncias

colegiadas da escola. Na maioria das vezes, os pais não têm claro que a sua participação na escola serve como apoio necessário para o trabalho de tantos profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, muitos são os professores que ainda acreditam que se os pais participassem efetivamente, trariam mais problemas e muito mais trabalho. Podemos perceber que a participação ou a relação da família com a escola passa, na verdade, por um jogo social em que se buscam os culpados e os responsáveis, sem com isso, objetivar um compromisso com uma educação democrática.

Expressando a falta de compromisso em participar e interagir dentro da escola, lembramos o que nos diz Demo (1993, p. 68),

É um traço profundamente negativo o fato de a população não se sentir compromissada com suas próprias soluções, atirando-as sobre o governo, por exemplo. A escola não é reconhecida como interesse próprio, como direito fundamental, mas tão somente como dever do Estado.

Percebemos com isso que a participação não se encontra desvinculada da questão da política social, pelo contrário a participação é o eixo central para que aconteça uma sociedade democrática. Nesse sentido, ressaltamos que a formação do professor precisa garantir o maior conhecimento possível sobre os fundamentos das relações sociais para promover a coletividade, “como prática voltada para sujeitos em construção, os educadores têm o compromisso com o respeito radical à dignidade humana.” (SEVERINO, 2001, p. 156).

A nosso ver, é preciso transformar a escola no sentido de torná-la democrática, e esse objetivo deve começar com o investimento na formação profissional do educador. “Formar um educador não é repassar-lhe conhecimentos acadêmicos, pois isso não assegura a fecundidade de sua prática, que precisa subsidiar efetivas mudanças na sociedade pela transformação dos educandos” (SEVERINO, 2001, p. 156). A formação do educador deve ser política, intrinsecamente ética, é preciso que o professor olhe com sensibilidade e acolha às condições históricas e sociais em que vivem os sujeitos envolvidos no processo educativo, contribuindo para a consolidação da cidadania.

### **O QUE É PARTICIPAÇÃO?**

O interesse em participar tem se expandido nos últimos anos, no Brasil e no mundo todo, haja vista que percebemos a criação de cada

vez mais associações, movimentos, grupos, comunidades, entre outros. Assim sendo, podemos dizer que a palavra participação de tão utilizada corre o risco de ter seu verdadeiro sentido esvaziado, antes mesmo de contribuir para seu objetivo fundamental: a compreensão e o aproveitamento de uma verdadeira democracia. Mas o que é participar?

Acreditamos que participação é conquista, para significar processo, infundável, em construção, sempre se fazendo, como Demo (1993, p. 18) ressalta: “Participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir.”

Podemos elencar a partir desta conceituação alguns princípios básicos sobre o que é participação, segundo Bordenave (1992):

- A participação é uma necessidade humana e por conseguinte, constitui um direito das pessoas: apesar de vivermos em uma sociedade capitalista que valoriza o lucro e a competição, ao invés da cooperação e da contribuição, sabemos que muitas são as pessoas, principalmente aquelas que fazem parte das instituições escolares, que privilegiam e que buscam contribuir para a conquista da cidadania entre seus alunos e sua comunidade.
- A participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados: sendo a participação um direito do homem, faz-se necessário promover a participação, para que nossos objetivos, enquanto profissionais que atuam diretamente com o ser humano, sejam alcançados com mais competência.
- A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder: Quando através do nosso trabalho, privilegiamos a participação presumimos que as pessoas deixarão de ser passivas e conformistas, para se transformarem em pessoas ativas, conscientes e críticas. Além disso, é importante entendermos que a própria participação entendida como conquista faz com que o poder seja descentralizado e distribuído aos demais participantes do processo, portanto todos se tornam responsáveis pelas metas a serem alcançadas.
- A participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa: Ninguém nasce sabendo participar, para tanto faz-se necessário que como educadores possamos resgatar a verdadeira função social da educação: possibilitar a construção de homens críticos, ativos e atuantes nas

diversas realidades, à partir de conhecimentos concretos e verdadeiros.

- A participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los: Não podemos entender participação como ausência de divergências, de debates e discussões, pelo contrário, quando a participação acontece, surge também opiniões diversas, que buscam resoluções para os problemas encontrados de maneiras diferentes, portanto, quando existe participação até mesmo o processo de resolução se torna mais complexo e mais demorado, mas também, por isso mais frutífero e proveitoso.

### **O QUE É FAMÍLIA E QUAL A NOÇÃO DE FAMÍLIA HOJE?**

A história da humanidade, assim como os estudos antropológicos sobre os povos e culturas distantes de nós (espaço e tempo), esclarecem-nos sobre o que é família, como existiu e existe. Mostra-nos como foram e são hoje ainda variadas as formas sob as quais as famílias evoluem, se modificam, assim como são diversas as concepções do significado social dos laços estabelecidos entre os indivíduos de uma dada sociedade.

Sabemos que a palavra Família no sentido popular, como também nos dicionários, conforme o Novo Dicionário da Língua Portuguesa significa: “[...] pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem ou admitidos por adoção” (FERREIRA, 1986, p. 563).

Na realidade, todos sabemos o que é uma família já que todos nós somos parte integrante de alguma família. No entanto, para qualquer pessoa é difícil definir esta palavra e mais exatamente o conceito que a engloba, que vai além de simples e breves definições. A maioria das pessoas, por isso, quando aborda questões familiares, refere-se espontaneamente a uma realidade bem próxima, partindo do conhecimento da própria família, realidade que crêem semelhante para todos, e daí acabam generalizando ao falar das famílias em abstrato.

Outro ponto importante a ressaltar é que a família tem estado em evidência. E justificando essa afirmação, lembramos Reis (1984, p. 99) que nos diz:

Se por um lado ela (a família) tem sido o centro de atenção por ser espaço privilegiado para arregimentação e fruição da vida emocional

de seus componentes, por outro, tem chamado a atenção dos cientistas, pois, ao mesmo tempo que, sob alguns aspectos, mantém-se inalterada, apresenta uma grande gama de mudanças.

Portanto, podemos dizer que a família hoje suscita muitas polêmicas: para alguns, família é a base da sociedade e garantia de uma vida social equilibrada, célula sagrada que deve ser mantida intocável a qualquer custo, para outros, porém, a instituição familiar deve ser combatida, pois representa um entrave ao desenvolvimento social, é onde se exerce a mais implacável dominação sobre as crianças e mulheres. No entanto, o que não pode ser negado é a importância da família tanto ao nível das relações sociais, nas quais ela se inscreve, quanto ao nível da vida emocional de seus membros. É na família, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, que aprendemos a perceber o mundo e a nos situarmos nele. “É a formadora da nossa primeira identidade social. Ela é o primeiro ‘nós’ a quem aprendemos a nos referir” (REIS, 1984, p. 99). Neste sentido, qual a realidade familiar atual no Brasil?

Não varia muito de uma camada social para outra o *ideal* referente à família, aos laços que aí são valorizados (amor entre casal, compreensão e amizade entre pais e filhos), o comportamento esperado entre seus membros (responsabilidade econômica do marido e/ou da mulher, infra-estrutura doméstica e afetiva pela mulher, obediência às diretivas paternas quando este está presente), e a expectativa dos papéis sociais que deverão ser cumpridos por cada um.

No Brasil, entre o proletariado, encontramos muitas famílias nucleares (família composta de pai, mãe e filhos) em que o casal não é unido por laços legais, assim como encontramos também um grande número de famílias chefiadas por mulheres, não somente em virtude da ausência do marido (mães solteiras, separação, viuvez), mas também porque em certos meios é freqüente que a mulher trabalhe e assuma as responsabilidades materiais do lar e da família. Neste sentido, Reis (1984, p. 104) ressalta que “[...] a família é o espaço social onde gerações se defrontam mútua e diretamente, e onde os dois sexos definem suas diferenças e relações de poder”. Segundo Nascimento (2006) a chefia da casa hoje em dia pode ser desempenhada tanto por homens quanto por mulheres, quebrando com o modelo patriarcal que predominava há pouco tempo atrás.

Sabe-se que atualmente como em épocas remotas há diversas vivências familiares alternativas. Atualmente as famílias são formadas por diversas estruturas: por exemplo, há mães solteiras com seus filhos; pais

com filhos adotivos; famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos com filhos e decidiram ter outros filhos dessa união; temos ainda famílias formadas por um casal e um 'animal de estimação' [...] e, também, se questiona se podemos considerar família o solteiro adulto que vive sozinho. (NASCIMENTO, 2006, p.11)

Na classe média, a família tende a ser nuclear, como na proletária, apesar de que unida por laços legais e, ainda, mergulhada numa vasta rede de parentesco. Na classe alta, a família se mantém ainda numa forma mais *extensa* que nas outras. É o patriarca quem detém o controle sobre os meios de produção, do patrimônio e da renda familiar e sua autoridade é predominante e, na maioria das vezes indiscutível.

Tendo em vista as estruturas familiares existentes na atualidade, é importante reafirmar que a função da família na educação dos filhos continua de muita importância e isto não pode ser transferido para outras instâncias da sociedade. A complementação dessa educação ocorre em outros segmentos da sociedade, mas o primeiro contato da criança é no seio familiar e com isso a família é seu primeiro ponto de referência.

#### **FAMÍLIA E ESCOLA – SENTIDO E RELAÇÕES**

Iniciamos esta análise com os seguintes questionamentos: Qual o lugar da Família? Qual o lugar da Escola? O lugar da família está em contribuir com muito amor e desprendimento, a cada momento, na construção de um ser independente, criativo, livre (capaz de fazer escolhas), justo e feliz, dando prioridade à comunicação estabelecida na família através do diálogo que dá abertura aos questionamentos e às mudanças. O lugar da escola se encontra em educar para a democracia no sentido da construção de um ser humano reflexivo, crítico, criativo, participativo, comprometido socialmente e transformador da realidade, garantindo a aprendizagem de certas habilidades e conhecimentos necessários para a vida em sociedade, contribuindo no processo de inserção social das novas gerações.

Com isso, podemos perceber que a função da família e a função da escola se complementam na construção de um ser humano mais participativo e mais consciente, e a relação entre estas duas instituições sociais tem se modificado muito nas últimas décadas.

Passamos por períodos de rápidas mudanças. A escola mudou, a família está em constante mudança, a sociedade mudou. Na relação

entre a família e a escola podemos apontar a transição de uma fase em que a família confiava plenamente na escola, estabelecendo até uma cumplicidade, para uma outra em que a família passa, de um lado a criticar a escola e de outro contraditoriamente, transferir suas responsabilidades para a mesma. Como exemplo disso, podemos citar o que muitas vezes acabamos assistindo com amigos e parentes: muitos pais ensinam desde cedo os filhos a contarem ‘o que a professora fez com ele’, e em contrapartida, vemos também pais que passam para a escola as funções inerentes da família: ‘desde aprender a amarrar sapato, escovar os dentes, até à iniciação religiosa’.

Atualmente, acusa-se muito a família pelos problemas educacionais. Mas é importante refletir sobre o porquê isto está acontecendo com a família. A nosso ver, dois fatores influenciam, quais sejam, a concentração de renda no país e a ânsia de consumo, que trazem como conseqüências o homem ter que trabalhar mais, a mulher ir para o mercado de trabalho, a preocupação com o desemprego e como conseqüência geral de tudo isso, o pouco tempo para a convivência familiar. Neste breve panorama, podemos elencar algumas situações, citadas por Vasconcelos (1994), que envolvem a relação escola e família e que buscam um melhor relacionamento entre estas duas instituições:

- Superar o empurra-empurra. No tratamento da questão do relacionamento escola-família, há um risco seríssimo de se cair no jogo do “empurra-empurra”, de um lado os professores dizem que os pais é que são os grandes responsáveis pelos problemas existentes em sala de aula, de outro lado os pais é que culpam os professores pelos problemas enfrentados pelos seus filhos, e a escola ainda culpa o sistema pela má qualidade de ensino. É preciso superar este jogo, pois buscar o culpado só leva ao desgaste e ao imobilismo frente ao problema existente, ao contrário, faz-se necessário vislumbrarmos o compromisso de cada parte, dentro de uma visão de totalidade, buscando que cada um assuma suas respectivas responsabilidades.
- Pressão dos Pais. Numa perspectiva democrática de organização da escola, a participação de todos os segmentos da comunidade educativa é fundamental, mas, é preciso analisar cada solicitação da comunidade atendida, para que a escola não ceda às cobranças equivocadas. Cabe aos educadores a responsabilidade social de desempenhar conscientemente esta função de análise. É importante que a escola trabalhe com a conscientização dos pais, para uma verdadeira participação, através de uma comunicação clara sobre

as propostas e a prática pedagógica da escola. Quando a família é orientada, no sentido de perceber a importância de seu papel para o bom desenvolvimento da educação escolar, fica mais fácil visualizarmos práticas concretas de uma participação efetiva.

- Sentido para o estudo. A escola sozinha não consegue dar conta da recompensa da importância de estudar. Atualmente escutamos frases vindas dos alunos, como por exemplo: “O meu tio estudou tanto e agora está desempregado...” “Por que estudar se o meu pai nem estudou e está bem de vida...” “Estudar para quê?” Para que a escola consiga dar um novo sentido para *o estudar* é preciso que haja colaboração dos pais, no sentido de ajudarem os filhos a pensarem e refletirem sobre um real projeto de vida alicerçado em objetivos e perspectivas comprometidas com a transformação social.
- A questão dos limites. Percebemos que cada vez mais os alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados pela família. Isto fica claro quando escutamos frases como esta: “Pode bater, pode fazer o que quiser, eu já não posso mais com ele”. Podemos dizer que os pais acabam por exigir da escola uma postura autoritária. É tarefa da escola ajudar os pais a entenderem que existem outras alternativas, que superam o autoritarismo e também o espontaneísmo, deve-se esclarecer aos pais a concepção de disciplina valorizada pela escola, buscando minimizar a distância entre a disciplina da família e da escola.

Em contrapartida, cabe também a escola aproveitar as Reuniões de Pais com momentos de interação da relação escola e família, abolindo a simples entrega de notas. Entregar notas na reunião acaba por se tornar momento de destaque de um ou outro. A Reunião de Pais ou Escola de Pais, além de poder vir a ser um momento de interação e de conhecimento, também pode ser um espaço de luta dos vários envolvidos com o processo de construção da sociedade que queremos, em favor de condições mais dignas de existência: educação, saúde, habitação, lazer, melhorias no bairro, entre outros.

Através de Reuniões com a família, a instituição escolar pode trabalhar no sentido de estabelecer vínculos com os conhecimentos necessários para uma melhor participação dos pais juntos às crianças e adolescentes, esclarecendo a família sobre as propostas pedagógicas e filosóficas que a escola e seus educadores trabalham e acreditam. A família pode ajudar na construção da disciplina, através de algumas práticas: Re-adquirir a prática do diálogo, ser capaz de impor limites,

estabelecer horários, superar a oscilação entre a permissividade e o autoritarismo, estabelecer e cumprir limites (dialogando, chegar a limites razoáveis), não ceder diante da insistência ou chantagem, nunca dizer não sem explicar o porquê, não acobertar erros dos filhos, incentivar os filhos a terem uma postura crítica, acreditar nas possibilidades do filho, desenvolver uma pedagogia de participação, atribuir responsabilidades aos filhos, entre outras. (VASCONCELOS, 1994).

### **ELEMENTOS PARA UMA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA**

É importante que a instituição escolar tenha um discurso condizente com a sua prática, o discurso que está presente tanto nas falas das pessoas envolvidas, como também nos documentos da escola. Por isso, entendemos ser necessário tratar sobre a importância da construção do Projeto Político Pedagógico, haja vista que quando operacionalizamos as metas que queremos alcançar e ações que vamos utilizar, possibilitamos aos envolvidos (pais, alunos, professores, equipe pedagógica) um conhecimento eficaz e objetivo do trabalho pedagógico.

Sabendo que a instituição escolar se dá como lugar do entrecruzamento do projeto coletivo da sociedade com os projetos pessoais e existenciais de educandos e educadores, podemos dizer que é a escola que viabiliza que as ações pedagógicas dos educadores se tornem educacionais, e que isto acontece na medida em que estas ações se invadem de intencionalidade e finalidades políticas da cidadania que interessa aos alunos.

Se a importância da escola nos dias de hoje está em contribuir para a construção da cidadania, lembramos Severino (1998, p. 85) que ressalta: “Para que a prática educativa real seja uma práxis, é preciso que ela se dê no âmbito de um projeto. A escola é o lugar institucional de um projeto educacional”

O termo *projeto* vem do latim *projectu* que significa lançar para diante, plano, intento, desígnio, por isso ao construirmos o projeto de uma escola, estamos em uma atitude de planejar atividades e estratégias com a intenção de realizá-las. Segundo Gadotti (1994, p. 579):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como

promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

Todo projeto precisa ser construído e vivenciado por todos os envolvidos no processo educativo, em todos os momentos, em todas as suas etapas. É com a construção e realização de um projeto político pedagógico de escola que podemos como educadores aproximar o discurso do que queremos com a realidade, a prática vivenciada e trabalharmos propiciando a participação de todos os envolvidos nos Conselhos.

Também é importante ressaltar que o projeto construído somente conseguirá atingir os objetivos de transformação, se o mesmo se tornar um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas enfrentados pela escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, buscando uma vivência democrática com pais, alunos, professores, pedagogos, funcionários, ou seja, todos que de alguma maneira participam do processo educativo. Neste sentido, Veiga (1995, p. 13) ressalta que o projeto de escola “[...] é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”

O Conselho Escolar, outro procedimento de concretização da participação efetiva dos sujeitos, representa a própria escola, sendo a expressão e o vínculo do poder da cidadania, da comunidade a que a escola realmente pertence. Com isso, o conselho escolar como espaço de debates e discussões, permite que professores, funcionários, pais e alunos explicitem seus interesses, suas reivindicações. É uma instância colegiada com cunho deliberativo, de tomada de decisões sobre os assuntos substantivos da escola, é a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos.

O alcance do trabalho coletivo na escola é um processo demorado de ser concretizado, pois se faz necessário uma transformação de consciências. A formação de professores precisa ater-se às reflexões sobre a importância da prática democrática e coletiva, haja vista que estas discussões favorecem a construção de educadores que aceitam um trabalho interativo e mais próximo das famílias e da comunidade escolar.

Sendo assim, podemos ressaltar que o trabalho coletivo começa com o grupo de professores que assume o desafio de desempenhar seu papel de educador, no dia-a-dia da escola, com seriedade e

responsabilidade, procurando sempre a superação do seu fazer pedagógico. Continua quando os alunos, ou quaisquer dos participantes, desafiam, desestabilizam e participam do processo. Acontece quando os funcionários engajados assumem, também, papéis de agentes de educação na escola. E o coletivo, se concretiza quando a família cria um espaço de necessidade de sua presença na escola e, com isso, criam uma parceria, dando novo significado à aprendizagem escolar.

É este processo de ação-reflexão-ação que possibilita a todos ampliarem os seus conhecimentos sobre si mesmos, sobre os outros, questionarem a dicotomia entre teoria e prática, possibilitando a ação criadora e a intervenção sobre a realidade, transformando-a e transformando-se na ação.

Ao analisarmos as possibilidades de participação da família e de toda a comunidade educativa em uma escola, não podemos deixar de considerar as estruturas de participação que já existem no interior das escolas, a exemplo dos distintos e diferenciados colegiados e conselhos. É preciso deixar claro que o processo brasileiro de descentralização da educação não descentralizou, de fato, o poder no interior das escolas. Usualmente, esse poder continua nas mãos do diretor ou gestor, que o monopoliza, faz a pauta das reuniões dos conselhos e colegiados escolares, não a divulga com antecedência, etc. A comunidade externa e a família não dispõem de tempo e, muitas vezes, nem avaliam a relevância de participar ou de estarem presentes nas reuniões. Além disso, usualmente, a comunidade escolar não está preparada para entender as questões do cotidiano das reuniões, como as questões orçamentárias.

O caráter educativo que essa participação adquire, quando ela ocorre em movimentos sociais comunitários, organizados em função de causas públicas, prepara os indivíduos para atuarem como representantes da sociedade civil organizada. E os colegiados escolares são uma dessas instâncias. Muitos funcionários das escolas são membros dos conselhos e dos colegiados escolares, mas, usualmente, exercitam um pacto do silêncio, não participando de fato e servindo de *modelo passivo* para outros setores da comunidade educativa que compõem um colegiado. Como elemento mais fraco do poder, eles participam para apenas *compôr*, para dar número e quorum necessários aos colegiados, contribuindo com esse comportamento para não construir nada e nada mudar.

Os colegiados devem construir ou desenvolver essa sensibilidade por meio de um conjunto de valores que venham a ser refletidos em

suas práticas. Sem isso, temos uma inclusão excludente: aumento do número de alunos nas escolas e estruturas descentralizadas que não ampliam de fato a intervenção da família e da comunidade na escola. Assim, temos segmentos que estão representando o interesse público, mas que na realidade defendem o interesse de alguns grupos em busca da manutenção do poder tradicional, cujo papel é exercer o controle, a vigilância em razão de uma falsa participação responsabilizando a comunidade (pais, mães e outros mais) pelas ações que foram desenvolvidas.

Faz-se necessário ressaltar que por intermédio das Instâncias Colegiadas, a família e toda a comunidade escolar exercita o direito de participar da gestão de diferentes políticas públicas, tendo a possibilidade de exercer maior fiscalização e controle sobre o Estado. As novas práticas de interação escola/representantes da sociedade são aprendizagens que estão gerando novos saberes num processo demorado de transformação do existente.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS E OS DESAFIOS**

Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, articular a escola com a comunidade educativa e articular a formação de professores com a realidade vivida pelos alunos e suas famílias, é um sonho, uma utopia, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual e de todos os educadores. Construir cidadãos éticos, ativos, participativos, com responsabilidade diante do outro e preocupados com o universal e não com particularismos, é retomar as utopias e priorizar a mobilização e a participação da comunidade educativa na construção de novas formas de participação.

Na formação de Professores e principalmente nos cursos de formação de Pedagogos, faz-se necessário que as discussões, análises e entendimentos sobre a importância da participação da família e da comunidade seja ponto marcante de várias disciplinas e/ou de eixos temáticos e integradores. É preciso que os futuros professores consigam vislumbrar formas de trabalho coletivo através da Gestão Democrática e das instâncias colegiadas presentes no ambiente escolar.

Pela subjetividade o homem intervém significativamente na objetividade. Por isso, sua formação, mesmo que profissional, pressupõe o cultivo de sua subjetividade. Os recursos da ciência e da técnica lhe permitem enfrentar desafios frente ao saber e ao fazer, decodificar os

mundos natural e social bem como sua intervenção neles, com vistas a sua adaptação às necessidades da vida. Mas, só com a sensibilidade ética, ele legitimará sua ação, respeitando sua dignidade e a de seus semelhantes nas relações interindividuais e nas sociais mais amplas; [...] só com a criticidade política entenderá o verdadeiro sentido da cidadania e a ela adequará seu comportamento em sociedade. (SEVERINO, 2001, p. 159-160)

A gestão democrática em suas diferentes formas de conselhos e colegiados, precisa desenvolver uma cultura participativa nova, que altere as mentalidades, os valores, a forma de conceber a gestão pública em nome dos direitos da maioria. É preciso desenvolver saberes, através de pesquisas e estudos nos cursos de formação de professores, que orientem as práticas educativas e sociais e que valorizem a relação pedagógica.

Precisamos de uma nova educação que forme o cidadão para atuar nos dias de hoje, que transforme culturas de não participação arcaicas em culturas políticas transformadoras e emancipatórias, necessitamos de reflexões e análises sobre a importância da interação entre a família/comunidade e a escola. Isso não se faz apenas em aulas e cursos de formação tradicionais ou de seminários de capacitação; isto se faz sim a partir da prática da gestão democrática escola/comunidade educativa, no exercício das tarefas de uma dada escola, numa determinada comunidade. Participar dos conselhos e colegiados das escolas é uma urgência e uma necessidade imperiosa, mas exige uma preparação contínua, um aprendizado permanente, uma atividade de ação e reflexão. Não basta um programa, um plano, ou mais um conselho. É preciso sistematizar dados, gerar e extrair saberes, e produzir conhecimentos no campo da Pedagogia, da formação de professores e da relação família/comunidade educativa e instituição escolar.

MIRANDA, M.F.; LEITE, S.R.M.; MARQUES, E.F. Family and school: elements for a democratic participation. *ORG & DEMO* (Marília), v. 11, n.1, p. 103-118, jan./jun., 2010.

**ABSTRACT:** This study aims to examine and discuss the role of Pedagogo at school, with the main focus of the family through the participation of colegiadas bodies that exist in school. To that end, we propose a reflection on some concepts, they are to participate, the idea of family and the elements of democratic participation that need

to be coordinated by Pedagogo: Council of Class, School Board, Meeting of Parents and School of Country. In that sense, it is intended to demonstrate the importance of the institution School teacher, as leadership and as a mediator of the processes of democratic management, allowing a collective work teaching, encouraging the participation of all members of the educational community.

**KEYWORDS:** school; family; participation; colegiadas bodies.

## REFERÊNCIAS

- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- DEMO, P. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1993.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1986. p. 563.
- GADOTTI, M. Pressupostos do Projeto Pedagógico. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1994, Brasília. **Anais...** Brasília: MEC, 1994. p. 532-587.
- NASCIMENTO, Arlindo M. **População e família brasileira:** ontem e hoje. Disponível em: <> Acesso em: 19 mar. 2009.
- PRADO, D. **O que é família.** São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos, n. 40).
- REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M. **O homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 99-123.
- SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história.** São Paulo: Olho d'Água, 2001. \_\_\_\_\_ . O projeto político pedagógico: a saída para a escola. **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 27, n. 107, p. 81-91, abr./jun. 1998.
- VASCONCELOS, C. S. Relação escola-família: da acusação à interação educativa. **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 23, n. 93, p.75-86, out./dez. 1994.
- VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. São Paulo: Papirus, 1995.

---

Submetido em 12/09/2009

Aprovado em 05/12/2009

*MIRANDA, M.F.; LEITE, S.R.M.; MARQUES, E.F.*